

***A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGENDA PÚBLICA E POLÍTICA DE CABO VERDE,
ÁFRICA: Papel das ONG Feministas na Luta pelos Direitos das Mulheres^{1,2}.***

***GENDER ISSUES ON THE PUBLIC AND POLITIC AGENDA IN CAPE VERDE,
AFRICA: The Role of Feminists NGOs in the Struggles for Women's Rights***

***LA CUESTIÓN DE GÉNERO EN LA AGENDA PÚBLICA Y POLÍTICA DE CABO VERDE,
ÁFRICA: papel de las ONG feministas en la lucha por los derechos de las mujeres***

CARLA SANTOS DE CARVALHO

Doutoranda em Estudos de Desenvolvimento no Instituto Superior de Economia e
Gestão da Universidade de Lisboa,
Professora da Universidade de Cabo Verde
Praia, Cabo Verde

carla.carvalho@docente.unicv.edu.cv

Resumo: As desigualdades entre mulheres e homens começaram a ser denunciadas pelas próprias mulheres em Cabo Verde. Estamos certos de que tais denúncias permitiram que as mulheres, lentamente, fossem adquirindo direitos e construindo uma agenda de igualdade. Nessa linha, propomos analisar o papel das ONG comprometidas com a igualdade de género, em Cabo Verde, em prol da defesa dos direitos das mulheres, num contexto de invisibilidade do papel destas na esfera pública. A metodologia adotada é a pesquisa documental e a realização de entrevistas com presidentes de 03 ONG que atuam no país. As ONG têm criado condições que asseguram a igualdade entre homens e mulheres, com particular ênfase na promoção do empoderamento das mulheres, sobretudo, para contrapor os indicadores de desigualdades. As organizações vêm demonstrando capacidade de promover mudanças, provocando transformações na estrutura social, influenciando novas práticas e provocando novos modelos de relacionamento social de igualdade de género.

Palavras-chaves: Mulheres. ONG. Cabo Verde.

Abstract: The inequalities between women and men started to be reported by women themselves in Cape Verde. We agree that these allegations have allowed women to acquire rights and building an equality agenda. Therefore, we propose to analyze the role of NGOs committed to gender equality in Cape Verde for the defense of women's rights in a context of invisibility of women's role in public sphere. The methodology is document research and interviews with three NGO's Presidents. These NGOs have created conditions that ensure equality between men and women, with particular emphasis on promoting the empowerment of women, especially to counter the inequality indicators. These organizations have demonstrated capacity to promote change, causing changes in the social structure, influencing new practices and causing new social relationship models of gender equality.

Keywords: Women. NGO. Cape Verde.

Resumen: Las desigualdades entre mujeres y hombres empezaron a ser denunciadas por las mujeres de Cabo verde. Nos ponemos convictos de que estas denuncias permitieron que las mujeres, poco a poco,

¹ Artigo submetido à avaliação em fevereiro de 2015 e aprovado para publicação em junho de 2015.

² Este paper foi produzido na disciplina de “Tutoria em Questões de Género” no âmbito do doutoramento em “Estudos de Desenvolvimento”, orientada pela Professora Doutora Sara Falcão Casaca, à qual aproveito para agradecer as observações e comentários ao texto.

fuesen adquiriendo derechos y construyendo una agenda de igualdad. En esta línea, se propone analizar el papel de las ONGs comprometidas con la igualdad de género, en Cabo Verde, en prol de la defensa de los derechos de las mujeres, en un contexto que señala la invisibilidad del papel de las mismas en la esfera pública. La metodología desarrollada es la investigación documental y realización de entrevistas con presidentes de tres ONGs que actúan en el país. Las ONGs han criado condiciones que aseguran la igualdad entre hombres y mujeres, con énfasis en la promoción del empoderamiento de las mujeres, sobretudo, para contraponer los indicadores de desigualdades. Las organizaciones siguen demostrando capacidad de promover cambios en la estructura social, influenciando nuevas prácticas y provocando también nuevos modelos de relacionamiento social de igualdad de género.

Palabras clave: Mujeres. ONG. Cabo Verde.

Introdução

O presente artigo, intitulado “Papel das ONG feministas na luta pelos direitos das mulheres em Cabo Verde”, tem como objetivo analisar a situação das mulheres e dos homens, em Cabo Verde, numa perspectiva da atuação das ONGs que lutam pelos direitos das mulheres.

As desigualdades – falta de direitos, discriminação e subordinação – entre mulheres e homens começaram a ser denunciadas pelas próprias mulheres no século XIX³. Tais denúncias permitiram que as mulheres, lentamente, fossem adquirindo direitos e construindo uma agenda de igualdade. Naquele momento, os modelos socioculturais que definiam os cabo-verdianos, enquanto homens e mulheres, foram reconsiderados.

Esses acontecimentos tornaram-se irreversíveis no reconhecimento do papel que as mulheres desempenhavam enquanto “atrizes-chaves”, no seio das respectivas famílias, comunidades e países. Nessas esferas, as mulheres desempenhavam um papel importante, mas, muitas vezes, desconhecido e invisível.

Nesse sentido, propomos, com este artigo, analisar o papel que as ONGs feministas e organizações da sociedade civil, comprometidas com a igualdade de gênero, em Cabo Verde, vêm desempenhando em prol da defesa dos direitos das mulheres, num contexto de invisibilidade do papel destas, na esfera pública.

Estamos cientes e conscientes de que as relações de gênero constroem-se com homens e mulheres e afetam toda a sociedade. Os papéis dos homens e das mulheres variam, nas

³ GRAAL. *O essencial sobre o gênero: conceitos básicos*. Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://www.graal.org.pt/files/OessencialCN.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

diferentes culturas, porém, os dos homens, geralmente, são mais valorizados e recompensados do que os das mulheres.

As últimas décadas são testemunhas da crescente e regular conscientização da necessidade de empoderamento das mulheres como medidas para aumentar a equidade social, econômica e política e ampliar o acesso a direitos humanos fundamentais⁴. A plataforma da Conferência de Beijing⁵ defende que, promover o empoderamento das mulheres, e a equidade de gênero, são facetas dos direitos humanos e condição para a justiça social.

Assim, o conceito de empoderamento é, também, associado à luta das organizações feministas como forma de continuar a luta pela emancipação das mulheres e romper com o historial de discriminação e invisibilidade do papel destas na sociedade.

O conceito de empoderamento possui significados diferentes, dependendo do contexto em que é usado. Portanto, compreender o conceito de empoderamento é fundamental para a nossa análise. Entendemos, recuperando o conceito⁶, o empoderamento das mulheres como um processo, através do qual as mulheres são habilitadas ou lhes são dados poder e espaço para atender às suas próprias necessidades e se desenvolverem de modo a melhor se adaptarem às circunstâncias culturais e ambientais.

O termo empoderamento chama a nossa atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação e uma forma de resistência. Como afirma Léon⁷, empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é uma pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero; e, implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia em todas as áreas das suas vidas.

⁴ Fórum Econômico Mundial. Empoderamento de mulher: avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra: Switzerland, 2005. Disponível em: <http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/cidadania/FEM%20-%20avaliacao%20das%20disparidades%20de%20genero.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

⁵ VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e Plataforma de Ação. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE A MULHER, 4., 1995, Pequim. *Anais eletrônico...*Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

⁶ MATIWANA, Mizana Training Women for Transformation through Gender Empowerment. *Agenda* 60, p. 161-166, 2004.

⁷ LÉON, Magdalena. El empoderamiento de Las Mujeres: Encuentro del Primer y Tercer Mundos en Los Estudios de Género. *La Ventana* 13, p. 94-106, 2001.

A metodologia adotada, para a elaboração deste artigo, é a pesquisa documental e bibliográfica, com recurso dos dados estatísticos para a elaboração do mapeamento da situação de gênero em Cabo Verde. Optamos, ainda, pela realização de três entrevistas junto às Presidentes⁸ de ONGs cabo-verdianas, a saber: OMCV⁹, criada na década de 1980; MORABI¹⁰, criada na década de 1990; e ACCVE¹¹, na primeira década de 2000. A OMCV e a MORABI são de âmbito nacional, enquanto a terceira, a ACCVE, é de âmbito transnacional.

Em termos de estruturação do trabalho, primeiramente apresentamos a introdução. Em seguida, abordaremos a situação de gênero, em Cabo Verde, à luz das estatísticas; no terceiro momento, introduzimos uma reflexão sobre o feminismo, na agenda pública e política de Cabo Verde; no quarto momento, analisamos o papel das ONG feministas na luta pelos direitos das mulheres em Cabo Verde. E por fim, apresentamos as conclusões e os anexos.

A situação de gênero em Cabo Verde à luz das estatísticas

No que se refere às estatísticas sobre a igualdade de gênero, a situação do país tem evoluído para uma maior equidade. Cabo Verde tem melhorado a sua posição sobre as questões de gênero, segundo os dados do “*Global Gender Gap Report*” do Fórum Económico Mundial. Porém, nos setores da participação política e econômica, os dados revelam certo desequilíbrio em desfavor das mulheres – pouca participação nos cargos de decisão na gestão pública, nos partidos políticos e nas demais esferas de poder, assim como nos empregos e cargos melhores remunerados.

Nos setores da educação e saúde, temos tido ganhos importantes. Porém, nos deparamos com a desigualdade de gênero, em desfavor dos rapazes e homens. Nota-se a prevalência, no campo da educação, de uma elevada taxa de reprovação, repetências e abandonos no seio dos rapazes; e, no campo da saúde, verifica-se uma menor esperança de vida à nascença e elevada taxa de morbimortalidade, entre os homens, devido a causas externas.

Quadro 1: Posição de Cabo Verde no “Global rankings”

⁸ Presidente da OMCV: Idalina Freire; Presidente da MORABI: Lúcia Passos; e, Presidente da ACCVE: Alice Mascarenhas.

⁹ Organização de Mulheres de Cabo Verde.

¹⁰ Associação de Apoio à Auto Promoção da Mulher no Desenvolvimento.

¹¹ Associação para a Cooperação com Cabo Verde.

Ano	Total		Participação econômica e oportunidade		Alfabetização e educação		Saúde e sobrevivência		Empoderamento político	
	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P
2014 ¹²	50	0,7133	107	0,6077	102	0,9648	1	0,9796	26	0,3013
2013 ¹³	41	0.7122	96	0.6020	97	0.9663	1	0.9796	25	0.3011
2012 ¹⁴	35	0.7180	84	0.6231	97	0.9681	1	0.9796	25	0.3011

Fonte: The Global Gender Gap Report 2014, World Economic Forum

C – Classificação

P – Pontuação

Situação Social

Educação

O setor da educação tem apresentado resultados satisfatórios. Entretanto, a diferença entre homens e mulheres alfabetizados é de aproximadamente 8%, ou seja, 87% de homens para 78,5% de mulheres INE¹⁵.

Aproximadamente, 90% da população, em idade escolar obrigatória, encontra-se a frequentar um estabelecimento de ensino. A proporção de estudantes aprovados, no Ensino Básico Integrado (EBI), situa-se entre os 90%, enquanto os do Ensino Secundário (ES) ronda os 65%. Continua a se verificar, tanto no EBI como no ES, uma porcentagem superior de rapazes a ficarem reprovados, em relação às mulheres SEPC/MED¹⁶.

Uma análise da proporção de docentes, tomando em consideração a variável gênero, elucida que, no EBI, a maioria de docentes é mulher. Entretanto, no ES a situação inverte-se, ou seja, a maioria de docentes é homem SEPC/MED¹⁷.

Saúde

¹² WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report [Em linha]. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/part-1/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹³ WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁴ WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report [Em linha]. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Praia: INE. Disponível em: <<http://www.ine.cv/censo/censo2010.aspx>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO (2013a). *Anuário da Educação 2012/2013*. Praia: serviço de Estudos, Planeamento e Cooperação. Disponível em :<<http://www.minedu.gov.cv/index.php/estatistica/finish/5-estatisticas/264-anuario-2012-2013/0>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

¹⁷ Ibid., 2013.

Os dados relativos à saúde indicam melhorias significativas em algumas áreas, nomeadamente mortalidade infantil, mortalidade global, esperança de vida, atendimento pré e pós parto. A Taxa de Mortalidade Geral (TMG) tem diminuído, enquanto a esperança de vida continua a aumentar; porém, morre-se mais entre os homens do que entre as mulheres. As mulheres vivem, aproximadamente, 07 (sete) anos mais do que os homens, MS¹⁸.

Violência Baseada no Gênero (VBG)

Em 2005, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o primeiro grande inquérito para mapear a questão da violência contra a mulher (IDRS-II)¹⁹, identificando, em termos quantitativos, os tipos, as situações e os contextos de violência. Desse inquérito, constatou-se que 21,5% das mulheres sofre algum tipo de violência.

Porém, as mulheres não são exclusivamente as vítimas da violência; embora em proporção muito menor, os dados do IDSR-II (2005) mostram que 2% de mulheres exercem a violência sobre os homens. Na maioria dos casos de violência sobre as mulheres, o autor da violência são antigos maridos/companheiros (22,2%) e atuais maridos/companheiros (18,8%).

Situação Econômica

A análise da situação de homens e mulheres, na esfera econômica, permite verificar que os indicadores referentes às mulheres são mais baixos do que os dos homens, designadamente no acesso ao emprego, da incidência da pobreza e do desemprego.

Entre a população economicamente ativa, os dados do Censo de 2010 (INE, 2010), indicam uma diminuição da taxa de mulheres economicamente ativas. Em relação ao desemprego, o último Censo (INE, 2010), constatou uma diminuição significativa da proporção da taxa de desemprego, tanto entre homens como entre mulheres. Aproximadamente, metade da

¹⁸ Ibid., 2013.

¹⁹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Inquérito à Saúde Sexual e Reprodutiva II*. Praia: INE, 2005. Disponível em: < <http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR203/FR203.pdf> >. Acesso em: 10 dez. 2014.

população do país vive em situação de pobreza, numa proporção que ronda os 50%, em que 51,9% são mulheres e 48,1% são homens (QUIBB, 2007)²⁰.

Nas explorações agrícolas²¹, constatamos que, a agricultura de regadio²² emprega maior proporção de homens que mulheres, isto é, 71% dos homens são proprietários de terrenos de regadio contra 29% das mulheres. E, quando são explorações agrícolas de sequeiro²³, essa diferença tende a desaparecer, ou seja, 52% dos homens são proprietários deste tipo de exploração contra 48% das mulheres (RGA, 2004)²⁴. Esses dados são importantes, tendo em conta que a agricultura de regadio, sendo mais próspera, concentra-se, sobretudo, nas mãos dos homens (71%), em detrimento da de sequeiro que, sendo menos rentável, já ocupa mais mulheres (48%).

Situação Política

O poder político, enquanto área da esfera pública, em Cabo Verde, é masculinizado, uma vez que é dominado por homens.

Na esfera executiva, nos últimos dez anos, em todas as remodelações governamentais, foram respeitadas a paridade entre homens e mulheres, sendo a taxa de paridade – 40% a 60% de representação de ambos os sexos; mas, a representação nessa esfera do poder, é da escolha do primeiro-ministro. Todavia, na esfera das eleições representativas – poder autárquico e legislativo – a situação é totalmente diferente. No poder autárquico, as taxas de representação têm aumentado, nos últimos 10 (dez) anos; porém, continuam desiguais em mais de 70%. A representação feminina no poder legislativo, nos últimos dez (10) anos, não tem chegado a ¼ da população eleita no parlamento (ICIEG, 2011)²⁵.

²⁰ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE CABO VERDE. *Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-Estar*. Praia: INE, 2007. Disponível em: <http://www.ine.cv/destaques/view.aspx?n=596>. Acesso em: 10 dez. 2014.

²¹ A agricultura, em Cabo Verde, se divide em dois tipos: agricultura de regadio e de sequeiro.

²² A agricultura de regadio é praticada no fundo dos vales, nas terras mais férteis, e na parte mais baixa das encostas, normalmente perto de uma fonte de água subterrânea.

²³ A agricultura de sequeiro constitui um sistema de exploração agrícola que se desenvolve sob a ação direta da chuva, e, requer mais esforço financeiro e físico.

²⁴ MINISTÉRIO DO AMBIENTE E AGRICULTURA. *Recenseamento geral da agricultura – dados gerais*, Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, Direcção de Estatística e Gestão de Informação, Praia: INE, 2004.

²⁵ INSTITUTO CABO-VERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO. *Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2011) e Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género(2008-2011)*. Relatório de Avaliação Final de Implementação. Praia: ICIEG, 2011.

O feminismo na agenda pública e política de Cabo Verde

A história do movimento feminista, em Cabo Verde, emerge ligado à própria história política recente do país – a independência e o multipartidarismo. Primeiramente, na década de 1980 com a OMCV, enquanto organização de massa das mulheres ligadas ao partido no poder. Mais tarde, na década de 1990, com o ICF²⁶/ICIEG²⁷, Instituto Governamental para a defesa dos direitos das mulheres e, posteriormente, do gênero.

Também, a partir dos meados da década de 1990, surgem novas organizações femininas e feministas, oriundas da sociedade civil e não só²⁸ – de várias áreas de atuação, desde saúde, economia, política, etc., demonstrando-se autônomas, em relação ao poder político, na defesa dos direitos das mulheres e dando visibilidade às mesmas (ICIEG; 2011)²⁹.

Constata-se, particularmente, ao longo da última década, uma mudança de paradigma ou de abordagem, passando-se de uma abordagem que focava nas mulheres visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens. E, a partir daqui, constata-se, também, que as questões de igualdade gênero entram na agenda pública e política do país.

A história do movimento feminista em Cabo Verde³⁰

O movimento feminista cabo-verdiano tem, como um dos seus marcos, ou se quisermos, o seu marco fundador, a luta pela independência. Durante as décadas de 70, em pleno período da luta pela independência, constitui-se, em 1974, em Cabo Verde, um grupo de mulheres, com o objetivo de participar ativamente nas atividades preparatórias da independência;

²⁶ Instituto da Condição Feminina.

²⁷ Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género.

²⁸ Designadamente: AMJ (Associação de Mulheres Juristas), REDEMEC (Rede de Mulheres Economistas Cabo-verdianas), VERDEFAM (Associação Cabo-verdiana para a Protecção da Família), AMEPCV (Associação de Mulheres Empresarias e Profissionais de Cabo Verde), RMP-CV (Rede de Mulheres Parlamentares – Cabo Verde), RAMAO-CV (Associação das Mulheres da África Ocidental – Cabo Verde), Rede Sol (Rede de Combate à VBG), Laço Branco (Homens contra a Violência Baseada no Género), CIGEF (Centro de Investigação e Formação em Género e Família), etc.

²⁹ INSTITUTO CABO-VERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO. *Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (2005-2011) e Plano Nacional para o Combate à Violência Baseada no Género (2008-2011)*. Relatório de Avaliação Final de Implementação. Praia: ICIEG, 2011.

³⁰ Este secção é a adaptação de um texto da nossa autoria, intitulado “Movimento Feminista em Cabo Verde”, que já tinha sido publicado no Caderno Painele Académico, Parte integrante do Jornal A Nação, n. 186, de 24 a 30 de Março de 2011, em Cabo Verde, por altura da comemoração do dia 27 de Março, Dia da Mulher Cabo-verdiana.

e, em 1975, esse grupo constituiu um Núcleo, com a finalidade de proceder a uma organização de mulheres, que teve como resultado a criação, em 1978, da CNOMCV³¹ (Silva, 2011)³² que, posteriormente, transformou-se na OMCV.

A constituição, em 1981, da primeira organização de mulheres em Cabo Verde – a OMCV, enquanto uma organização de massa, de cariz partidária, contribuiu, durante a década de 1980, para a aplicação e seguimento das políticas públicas emancipatórias, ligadas à educação, à saúde reprodutiva e à produção de legislações que atendessem aos direitos das mulheres. A OMCV deixa, em 1991, com o multipartidarismo, de ser uma organização de massa do partido, para se transformar numa ONG que promove os direitos das mulheres e a igualdade de gênero.

Um outro marco importante do movimento feminista, em Cabo Verde, foi a implementação do multipartidarismo, em 1990, que favoreceu o surgimento de organizações da sociedade civil, direcionada ao combate às desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres. Nesse contexto, com a criação, em 1991, da MORABI, inicia-se a luta pelo reconhecimento das desigualdades entre mulheres e homens – principalmente, no campo do mercado de trabalho e do acesso ao microcrédito.

Uma outra etapa importante decorre com a criação do ICF, pelo governo, em 1994, com o objetivo de zelar para a criação de condições e mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres. Entretanto, em 2006, o ICF transforma-se no ICIEG, apresentando uma abordagem mais alargada da problemática entre homens e mulheres, procurando a promoção da igualdade e equidade entre os sexos, em todas as esferas de atividade do país, e introduzindo a abordagem de gênero na elaboração de políticas públicas.

Entretanto, várias outras organizações da sociedade civil surgiram, entre as décadas de 1990 e 2000, buscando promover a igualdade entre homens e mulheres, através da promoção de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços (saúde, emprego, escolarização, etc.); impulsionar a igualdade nas instâncias de poder, contribuindo para a eliminação da discriminação e violência contra as mulheres, em particular, e fomentar uma cultura de igualdade nas várias esferas da vida.

³¹ Comissão Nacional Organizadora das Mulheres de Cabo Verde.

³² SILVA, Carmelita de Afonseca. *Trajectória de Mulheres Vítimas de Violência Conjugal: Análise a partir da Percepção das Mulheres que vivenciam o Drama*. 2011. Dissertação (Mestrado)- Universidade Cabo Verde, Praia, 2011.

A trajetória dessas organizações acompanhou, também, a agenda política internacional – a partir de 1975, os governos mundiais passam a se comprometer com questões relativas à situação e condição das mulheres e à igualdade entre homens e mulheres; e, progressivamente, a problemática assume novos contornos: o compromisso para a igualdade em todas as esferas da vida e, conseqüentemente, a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres.

As políticas públicas governamentais, em Cabo Verde, vêm introduzindo uma abordagem de gênero, procurando corrigir desequilíbrios sociais baseados em estereótipos sexistas, buscando promover a justiça social. Porém, um longo caminho falta, ainda, percorrer para se chegar a um equilíbrio de gênero em todas as esferas da vida.

A mudança de paradigma: da questão das mulheres às questões do gênero

A partir de 2006, com a transformação do ICF no ICIEG, muda-se o foco de abordagem, trazendo para o debate público o conceito e a problemática de gênero. Nesse particular, o ICIEG busca promover a integração da perspectiva de gênero na gestão governamental, central e local, e garantir os direitos da cidadania, através do desenvolvimento das boas práticas de gênero (ICIEG, 2008)³³.

O ativismo de gênero, em Cabo Verde, tem resultado em ganhos importantes – nos níveis cultural, educacional, legislativo, político, etc. – para um maior equilíbrio e justiça social. Exemplos desses ganhos são a mudança da legislação, os Planos Nacionais de Igualdade e Equidade de Gênero (PNIEG) e os Planos Nacionais de Combate à Violência Baseada no Gênero (PNVBG) que, pode-se concluir, mudaram a situação de gênero em Cabo Verde, conseguindo maior visibilidade aos problemas baseados na questão de gênero e provocando mudanças significativas na estrutura social, política, cultural e econômica do país, influenciando novas práticas que vieram a contribuir para provocar novos modelos de relacionamento social de igualdade entre homens e mulheres.

Um outro fato é que, nos últimos cinco anos, vem aumentando a participação dos homens no ativismo de gênero, através das várias ONGs e com a criação do Laço Branco/Cabo Verde – constituído por um grupo de homens fortemente engajados na promoção da igualdade de

³³ INSTITUTO CABO-VERDIANO DE IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO. *Plano Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género. Relatório de Avaliação e Atualização*. Praia: ICIEG, 2008.

gênero e abertos a discutirem e sensibilizarem outros homens, na luta contra a desigualdade de gênero, em todas as suas manifestações, principalmente a VBG.

Todas essas movimentações e contribuições levam-nos a concluir que há, de fato, uma mudança de paradigma e de abordagem quanto à análise dos direitos das mulheres e das questões de gênero.

ONG feministas na luta pelos direitos das mulheres em Cabo Verde³⁴

Esta secção é resultante da análise das três entrevistas realizadas às Presidentes dessas ONG (OMCV, MORABI e ACCVE).

Essas ONGs vêm atuando tanto nos espaços urbanos como rurais tendo como grupo-alvo principal a camada feminina. Embora surgiram em contextos diferentes da história do país, foram marcadas, particularmente a OMCV e a Morabi, por contextos sociopolíticos determinantes, nomeadamente com o processo independentista e a institucionalização do primeiro governo nacional e o processo de democratização do país.

Embora com trajetórias diferentes, as suas áreas de atuação se entrecruzam com tónica particular no processo de empoderamento da mulher cabo-verdiana, através de ações de desenvolvimento sociocomunitário, atividades geradoras de rendimento, educação, etc. E o foco dessas ONGs deve-se, essencialmente, ao histórico de subalternização das mulheres na sociedade cabo-verdiana. Nesse sentido, concordamos que o movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos (Montaño, 2001)³⁵. Ademais, no campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto, por algumas ONG, como principal estratégia de combate à pobreza e de mudança nas relações de poder (Fórum Económico Mundial, 2005).

Apesar das dificuldades e demais desafios, especialmente com a sustentabilidade, o impacto do trabalho dessas ONGs é conhecido e os ganhos reconhecidos, particularmente no empoderamento económico das mulheres, em especial as mulheres chefes dos agregados

³⁴ Esta seção do texto foi escrita a partir da análise das três entrevistas realizadas.

³⁵ MONTAÑO, Sonia. *Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de la lucha contra la pobreza*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Trigésima tercera reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer en América Latina y el Caribe. Puerto España, Trinidad y Tabago, 2011.

familiares que ronda os 40% dos agregados familiares no país (INE, 2010). É nessa perspectiva que especialistas feministas têm argumentado que grupos femininos são vitais, para permitir que as mulheres aumentem seu controle sobre recursos e capacidade de tomada de decisão (Sen e Grown, 1987, *apud* Datta, 2003:353)³⁶.

Essas ONGs têm vindo a mudar lentamente o seu foco quanto ao grupo-alvo; Se, no início das suas respectivas trajetórias, trabalhavam, essencialmente com mulheres, nos últimos anos, vêm trabalhando com os homens, numa lógica de que o equilíbrio, a equidade social e a igualdade entre mulheres e homens, atinge-se, não só com o empoderamento das mulheres, mas também com um trabalho de conscientização dos homens.

Podemos afirmar que o trabalho dessas ONGs contribuiu e tem contribuído para que as próprias políticas públicas e governamentais mudem de foco, ou seja, as questões das mulheres passaram para questões de gênero, integrando ambos os sexos para um desenvolvimento mais equilibrado do país. Aliás, as ONGs e organizações internacionais, como as Nações Unidas, têm sido influentes na avaliação do estatuto da mulher e em fazer recomendações aos governos sobre como integrar estratégias de empoderamento para aliviar a discriminação de gênero em todos os níveis (Datta, 2003).

História e trajetória

A OMCV surgiu, em 1981, a partir de um grupo de mulheres que participaram da luta pela independência, com o objetivo de reconstruir o país e enfrentar as diversas dificuldades existentes, particularmente nas áreas da saúde e educação. A essa altura, altura, num carácter de massa com ideários do partido do arco do poder.

Por sua vez, a MORABI iniciou as suas atividades em 1991, promovida por um grupo de homens e mulheres que juntaram-se em prol da autopromoção da mulher para ajudá-la a sair do ciclo de pobreza e incluí-la no processo de desenvolvimento.

Enquanto a ACCVE foi constituída na Espanha, a partir de um grupo de cabo-verdianos(as) e espanhóis com o objectivo de, através dos programas de cooperação, contribuir para o desenvolvimento das comunidades pobres de Cabo Verde, por um lado, e de apoiar o processo de integração das emigrantes cabo-verdianas em Vigo, Espanha.

³⁶ DATTA, Rekha. From Development to Empowerment: The Self-Employed Women's Association in India. *International Journal of Politics, Culture and Society*, v.16, n.3, p. 351-368, 2003.

Áreas de atuação

A OMCV, na altura da sua constituição, tinha como propósito lutar pela emancipação das mulheres, que desempenhavam um papel secundário na sociedade associada à sua situação de colonizada. Possuía as seguintes áreas de atuação: educação (programa de alfabetização das mulheres), saúde (implementação de serviços de planeamento familiar) e formação profissional. Atualmente, está voltada para o empoderamento feminino, através do empoderamento económico. Ainda constatamos que mudaram a abordagem de atuação, de emancipação das mulheres para a igualdade de género.

A MORABI trabalhava em três grandes áreas: desenvolvimento comunitário (com programas de infraestruturização), promoção socioeconómica da mulher (com o programa de microcrédito) e a saúde reprodutiva (com o programa de planeamento familiar). Todavia, atualmente, tem centrado e alargado a sua atenção no programa de microfinanças, na formação de curta duração – em microcrédito, associativismo, pequenos negócios – e no programa de reforço de capacidade institucional da própria organização. Ainda constatamos que os programas se autonomizaram, cada um possuindo sua respectiva gestão financeira e espaço de funcionamento.

Por seu turno, a ACCVE tem atuado nas seguintes áreas: social, económica, política, cultural e ecológica, com a finalidade de detetar necessidades e problemas dos setores das populações mais vulneráveis (menores em situação de risco, mulheres chefes de família, comunidades rurais e grupos de emigrantes). Essa ONG implementa as suas ações em Cabo Verde e nas comunidades cabo-verdianas emigradas em Espanha.

Ganhos e desafios

O maior desafio da OMCV foi o de conseguir a participação das mulheres nas suas atividades, para saírem do espaço privado para o público, apesar das implicações e resistências sociais e familiares. Porém, hoje em dia, os desafios são outros e têm a ver com a procura de financiamento e sustentabilidade dos seus programas. Entretanto, o balanço, segundo a Presidente da OMCV, é muito positivo. Os ganhos estendem-se, desde os vários Centros de Promoção Feminina, em todo o país, que trabalham com o empoderamento económico das mulheres, o apoio às crianças do pré-escolar, à Terceira Idade.

Para a Morabi, o desafio que enfrentaram na altura da constituição da organização, era o de conseguir uma visão de sustentabilidade para continuar o trabalho de autonomização das mulheres. Todavia, atualmente os principais desafios são: os cuidados dos filhos das famílias monoparentais³⁷; a garantia da participação efetiva das mulheres na política e a garantia da sustentabilidade dos programas sociais. Para a Presidente da MORABI, o balanço do trabalho realizado até aqui, é extremamente positivo. Os ganhos estendem-se, desde o contributo para o desenvolvimento do país na área da saúde reprodutiva, educação, infraestutura, autonomização financeira das mulheres e microcrédito.

Na altura da constituição da ACCVE, o principal desafio foi o processo de institucionalização da ONG, tanto em Espanha como em Cabo Verde. Atualmente, o desafio prende-se à sustentabilidade, pois tem recorrido sempre a convocatórias exteriores para a implementação dos seus projetos, usufruindo um pouco dos suportes institucionais internos. Porém, o balanço, segundo a Presidente da organização, é positivo. Os ganhos centram-se no empoderamento de mulheres chefes de família, através de cooperativas de produção de produtos de higiene e beleza, cosméticos e de artesanato.

Políticas e projectos no meio rural e na agricultura

Na concepção dos projetos para financiamento, a OMCV faz a diferenciação entre o meio rural e urbano, devido à própria dinâmica desses espaços. Ademais, também, os próprios financiadores definem as linhas de financiamento específicas, o que implica fazer essa diferenciação entre esses dois espaços. O trabalho realizado por essa ONG, com as mulheres rurais na área agrícola, centra-se, particularmente, na agricultura de regadio, com projetos ligados à rega gota-a-gota e hidroponia, não intervindo na agricultura de sequeiro, porquanto esta é à base das chuvas, que, por sua vez, constituem um fenómeno incerto, no país, portanto, com pouca rentabilidade. Entretanto, a intervenção na agricultura de regadio não tem sido sistematizada, devido a constrangimentos relacionados com o não registo das terras. Isto porque as mulheres herdaram a terra, através de um processo oral, em que, de *jure*, elas não são as verdadeiras donas, porque, na verdade, a mulher não possui a titularidade da terra – situação que tem tornado difícil qualquer tipo de intervenção (por não serem donas das terras).

³⁷ As mulheres mães solteiras a permanecerem nas atividades geradoras de rendimento apesar da ausência de apoios de cuidados para os filhos pequenos.

O trabalho da Morabi, no meio rural e na agricultura, em particular, tem um cariz integrado (microcrédito, formação e sensibilização sociocomunitária). Essa ONG também se depara com o problema da não titularidade das terras, e tem centrado o trabalho no acesso ao crédito e na formação das mulheres (para que estas possam participar na agricultura e na regularização do título da terra).

A ACCVE tem trabalhado com as mulheres rurais no processo de transformação dos produtos “descartados” do setor agrícola, e não com a agricultura e o acesso às terras.

Conclusão

Em Cabo Verde, a promoção da igualdade de gênero tem ganho acentuada visibilidade, com resultados notáveis, devido, em grande medida, ao trabalho de várias organizações da sociedade civil, comprometidas com a igualdade de gênero, assim como o manancial de políticas públicas implementadas pelo governo.

As ONGs têm criado condições e mecanismos institucionais que asseguram a igualdade de gênero, com particular ênfase na promoção do empoderamento das mulheres, sobretudo para contrapor os indicadores de gênero demonstrativos de que, em várias áreas e setores, as desigualdades pesam mais sobre estas do que sobre os homens. E, em face disso, a abordagem da agenda de gênero está focalizada em todas as esferas de atividade, através da criação de mecanismos de acesso a oportunidades iguais para homens e mulheres, contribuindo para a eliminação da discriminação com base no gênero, e das mulheres, em particular.

Os ganhos das e para as mulheres são de várias ordens e nas várias esferas da vida. Apesar desses ganhos, podemos levantar a possibilidade do movimento feminista, em Cabo Verde, estar ainda muito ligado a uma elite sócio profissional e com uma abordagem *top down*, pois continua virado para as mulheres e não com as mulheres. Conclusão que se deve ao fato de constarmos que grupos de mulheres organizam-se para dar visibilidade às mulheres “invisíveis”.

Entretanto, reconhecemos que esta abordagem constitui, por seu turno, uma lógica profícua na medida em que vem contribuindo, lentamente, para visibilizar a causa, promover a igualdade de gênero, empoderar as mulheres e consciencializá-las sobre essa problemática em nossa sociedade.

O trabalho das ONG assim como das organizações governamentais, tem alcançado resultado em ganhos importantes – em nível cultural, educacional, legislativo, político – para a causa da igualdade e do movimento feminista, visto que homens e mulheres estão se consciencializando em termos da problemática das desigualdades de gênero.

As ONGs feministas vêm demonstrando capacidade de promover mudanças, provocando transformações na estrutura social, influenciando novas práticas e proporcionando novos modelos de relacionamento sociais de igualdade de gênero.

ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Como iniciou a história da ONG que dirige?
2. Qual foi a vossa bandeira, a vossa agenda ou área de actuação? Continua a mesma, hoje em dia, ou mudou? Se sim, porquê?
3. Quais foram os principais desafios e constrangimentos, na altura? E, nos dias de hoje, quais são os principais desafios e constrangimentos?
4. Qual balanço faz da vossa história? Quais os ganhos mais importantes que alcançaram?
5. Faz alguma diferenciação, em termos de políticas e projectos, para pessoas que vivem no meio urbano e rural? Se sim, quais e por quê?
6. Como se posicionam perante as diferenças na posse de diferentes tipos de propriedade no meio rural? Como interpretam essa assimetria? Já desenvolveram algum tipo de atuação em torno dessa assimetria?

ANEXO 2: DADOS ESTATÍSTICOS

Quadro 1: Dados Demográficos

Variável	Sexo		Fonte
	M	F	
População por sexo	49,5	50,5	Censo 2010
População rural por sexo	49	51	
População urbana por sexo	49,8	50,2	
Taxa de crescimento da população		1,2	
Tamanho médio dos agregados familiares		3,9	
Chefes dos agregados familiares	51,9	48,1	
População vivendo em união de facto	21,7	22,9	
População solteira	58,8	50,1	
População casada	13,5	13,6	
População feminina em idade fértil (15-49 anos)		48,9	

Quadro 2: Dados do sector social: educação

Variável	Sexo		Fonte
	M	F	
Taxa líquida de escolarização no Ensino Básico	94,6	91,7	SEPC/MED 2013 (a)
Taxa líquida de escolarização no Ensino Secundário	64,7	74,1	
Percentagem de aprovação no Ensino Básico	86,7	91,9	
Percentagem de aprovação no Ensino Secundário	63,8	71,6	
Percentagem de reprovação no Ensino Básico	11,4	6,9	
Percentagem de reprovação no Ensino Secundário	sd	22,3	Censo 2010
Taxa de alfabetização global	87	78,5	
Taxa de alfabetização global 15-24 anos	96,4	97,4	SEPC/MED 2013 (b)
Professores no Ensino Básico	32,4	67,6	
Professores no Ensino Secundário	53,8	46,2	

Quadro 3: Dados do sector social: saúde

Variável	Sexo		Fonte
	M	F	
Taxa de Mortalidade Global (1.000 habitantes)	6	4,1	MS 2011
Esperança de vida	68,9	76,6	INE 2010

Taxa de fecundidade entre as adolescentes (<15-19 anos)	21,7	MS 2011	
Mortalidade materna (por 100.000)	48,4		
Taxa de mortalidade infantil geral (por 1.000)	23		
VIH (novos casos notificados)	163	236	MS 2011
Partos assistidos por profissionais qualificados (%)	98,7		
Utilização de contraceptivos	35,2		

Quadro 4: Dados do sector social: VBG

Variável	Sexo		Fonte
	M	F	
Violência física contra a mulher		21,5	IDRS II 2005
Violência física durante gravidez a mulher		4,6	
Violência contra o homem	2		
Mulher agressora e vítima de agressão		4	

Quadro 5: Dados do sector económico

Variável	Sexo		Fonte
	M	F	
Taxa da População economicamente activa	60,9	45	Censo 2010
Taxa de População activa desempregada	9,6	12,1	
Taxa de desemprego no meio rural	7,3	9,7	
Taxa de desemprego no meio urbano	10,7	13,1	
Chefes de explorações agrícolas familiares	49,5	50,5	RGA 2004
Proprietários de explorações agrícolas de regadio	71	29	
Proprietários de explorações agrícolas de sequeiro	52	48	
Taxa de vínculo com administração pública	50,4	49,6	Censo 2010
Taxa de vínculo com empresas públicas	56,2	43,8	
Taxa de vínculo com empresas privadas	67,9	32,1	
Taxa de trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço	53	47	
Taxa de trabalhadores por conta própria com pessoal ao serviço	71,4	28,6	
Taxa de trabalhador familiar sem remuneração	37,9	62,1	
Pobreza segundo sexo	48,1	51,9	QUIBB 2007